

## **Escola Nacional Florestan Fernandes: um grande acontecimento para a educação e para as lutas sociais no Brasil**

Roberto Leher

O MST protagoniza uma das experiências mais originais e fecundas de autoformação e autopedagogia em curso no país e mesmo na América Latina. O trabalho do MST nas escolas possui hoje uma importante magnitude, interagindo com cerca de 1,8 mil escolas que estão situadas nas cercanias de seus assentamentos e acampamentos. O trabalho do Movimento com as escolas, muitas vezes tenso e difícil, é atualmente uma das principais iniciativas de conversão das escolas em espaços públicos.

Mas além do trabalho de formação educacional “de novo tipo” das crianças e jovens, a formação política e a conscientização dos quadros de base, intermediários e nacionais, são consideradas prioritárias pelo Movimento. Em um contexto adverso das lutas de classes e em que os assentamentos vêm sendo realizados em um patamar muito abaixo das modestas metas do governo, urge preparar os quadros com objetivos mais amplos. O ritmo lento dos assentamentos é um poderoso elemento de dispersão e de abandono da luta pela terra e por um modelo de agricultura camponesa. Seguramente os dominantes estão cientes de que o bloqueio de recursos para a reforma agrária desestimula a crença de que vale a pena manter a luta mesmo morando sob as lonas, passando fome, frio, calor abrasivo, desconforto e, cada vez mais, milícias que promovem assassinatos a sangue-frio a mando dos senhores da terra, combinação de sofrimentos que varia conforme a localização geográfica, mas que não muda a resultante<sup>1</sup>. A compreensão histórica da luta pela transformação do trabalhador do campo de “bestas de carga” em cidadãos – o tema central da formação – é, desse modo, estratégica. Somente a luta deliberada pode garantir a emancipação. A história comprova que o capitalismo liberal não assegura os direitos sociais e políticos.

Assim, o Movimento vem criando situações de formação de seus quadros nacionais e intermediários – e, por conseguinte, dos futuros intelectuais orgânicos do Movimento – de modo mais sistemático e profundo. Iniciativas diversas vêm sendo encaminhadas nesse sentido como cursos de formação filosófica (em articulação com a UFRJ) e sobre a realidade brasileira (UFF) ou, ainda, cursos de agronomia para jovens provenientes do Movimento (UFC). Se o trabalho nas escolas dos assentamentos já provocou a ira dos setores dominantes, mais intolerância causa a inauguração do que será o principal centro de formação do MST: a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Para os setores dominantes, em especial os ligados ao agronegócio e às corporações, é inaceitável que o Movimento tome em suas mãos a educação e a formação de seus dirigentes, com critérios pedagógicos próprios. Um exame amplo da ofensiva do capital contra o trabalho na América Latina nos mostra que o capital pretende promover um retrocesso nos direitos sociais e políticos (flexibilizando os direitos trabalhistas, sindicais,

---

<sup>1</sup>. O II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 2003, propôs a meta de assentar um milhão de famílias durante o governo Lula, contudo, o Plano não foi aceito pelo governo que apresentou como meta o assentamento de 530 mil famílias. Em 2003, o governo apenas assentou 38 mil famílias e, em 2004, até o mês de novembro assentou apenas 44 mil. Atualmente, apenas o MST conta com 200 mil famílias acampadas.

ampliando as exigências para a organização partidária dos trabalhadores etc.) e a Escola tem objetivos que colidem diretamente com essas diretrizes do capital.

A ENFF é, nesse sentido, um marco que se firmará sólido na história da educação brasileira: é a iniciativa de maior envergadura edificada por um Movimento para viabilizar a sua autoformação. De fato, a Escola é constituída por um conjunto de edificações com área total de 4,5 mil metros quadrados, no município de Guararema, a 60 quilômetros de São Paulo. A Escola foi construída em regime de mutirão ao longo dos últimos quatro anos, contou com o trabalho voluntário de aproximadamente 800 militantes de todo o país, que se revezaram na construção da Escola. “Uma obra realizada por muitas mãos calejadas pelo cabo da enxada”, conforme o informativo do Movimento. Entre os cursos programados, estão os de agricultura, de economia e de formação política<sup>2</sup>.

A sua importância pode ser vista, por contraste, pela reação da direita. Um dos partidos da ordem, compreendendo partido na acepção conferida por Antonio Gramsci, a Revista *Veja*<sup>3</sup>, há tempos vem construindo uma imagem que torna a pedagogia e a autonomia de formação desse Movimento como uma perigosa iniciativa das ‘classes perigosas’ que estariam preparando os seus quadros para quebrar a ordem e implementar a ofensiva anticapital e antipropriedade, abrindo uma era de horror. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criou sua própria versão das madraçais - os internatos religiosos muçulmanos em que crianças aprendem a recitar o Corão e dar a vida em nome do Islã. Nas 1.800 escolas instaladas em acampamentos e assentamentos do MST, crianças entre 7 e 14 anos de idade aprendem a defender o socialismo, a ‘desenvolver a consciência revolucionária’ e a cultivar personalidades do comunismo como Karl Marx, Ho Chi Minh e Che Guevara.” Arbex observa que a *Veja* faz uma grosseira e fantasiosa associação direta entre o fundamentalismo e o socialismo<sup>4</sup>, relação que tenta legitimar a criminalização do MST.

Esses ataques são deliberados. Os dominantes sabem que a criação de *espaços educativos* em que o pensamento novo ultrapassa os esquemas de pensamento das ideologias dominantes tem grande potencial transformador. A exemplo dos fascistas que encarceraram Antonio Gramsci para fazer o seu cérebro parar de pensar, *Veja* pretende impedir que os que vivem-do-próprio trabalho tornem pensável um projeto não capitalista capaz de agregar vastos setores excluídos.

A inclusão de camponeses e de trabalhadores em espaços de formação de alta qualidade é considerada pelas classes dominantes uma inversão da ordem natural das coisas. Os bons centros de formação deveriam estar reservados para as elites ou para técnicos que trabalharão para o agronegócio. Como um agrônomo de origem camponesa pode ousar pensar em uma agricultura de alta tecnologia não atrelada ao agronegócio? A viabilidade de um outro modelo de desenvolvimento agrário é como um anátema que

---

<sup>2</sup> . Gilberto Maringoni. **MST inaugura Escola Nacional Florestan Fernandes**, Agência de Notícias Carta Maior 24/1/2005.

<sup>3</sup> . Ver a importante tese de Carla Luciana Souza da Silva. **Veja: o indispensável partido neoliberal**. Tese de Doutorado, História /UFF, 2005.

<sup>4</sup> . José Arbex Jr. - Jornal Brasil de Fato - 14/9/2004

precisa ser escondido e impiedosamente combatido. Não é casual que quando as elites admitem pequenos segmentos de pobres na educação superior indicam como alternativa os cursos aligeirados e superficiais (como os cursos seqüenciais) ministrados por faculdades privadas de baixa qualidade em um ambiente inteiramente desvinculado da pesquisa acadêmica, como faz o Programa Universidade para Todos. Nestas faculdades, o questionamento do modelo dominante não pode ganhar densidade (enquanto idéias capazes de sustentar um outro sistema de mediações com a natureza e que possam ser criadas e difundidas por e para um número expressivo de dirigentes). Nesse sentido, a redução de espaços públicos em que esse conhecimento novo possa ser criado, tal como operado pelo ProUni, fragiliza a difusão dessas novas idéias capazes de empolgar a luta por uma sociedade além do capital.

A negação da condição de “instrumentos de trabalho” buscada pelo Movimento agride o que os latifundiários entendem como um direito natural de explorar e subjugar os camponeses. São ecos profundos da escravidão e do trabalho das “máquinas bípedes” para utilizar uma expressão do filósofo italiano Domenico Losurdo<sup>5</sup>. Alternativamente, o fato dos setores dirigentes possuírem os seus centros de formação, como as (na aparência) assépticas escolas de negócios, os MBAs, em que aprenderão técnicas refinadas para melhor explorar o trabalho por meio de “reengenharias” poupadoras de força de trabalho, aumentando a massa de desempregados, é saudado como uma ação que permite a inserção do país no mundo globalizado e, por isso, os seus gurus podem difundir suas crendices nas “páginas amarelas”, o espaço mais simbólico da referida revista-partido.

O imenso significado da criação da ENFF deve ensejar uma reflexão cuidadosa e de longo alcance por parte de todos os movimentos democráticos, incluindo aqui sindicatos e partidos, e, também, nichos de pensamento crítico presentes nas universidades públicas. É preciso que essa experiência seja radicalmente transformadora e exitosa. A consolidação da Escola será um patrimônio da classe que vive do próprio trabalho, convertendo-se em um centro de pensamento novo e revolucionário, conforme sustentou Antonio Candido: “Quem diz revolução não diz necessariamente insurreição nem violência armada, mas decisão de alterar pela raiz a estrutura da sociedade, estrutura que no Brasil é das mais injustas da terra”<sup>6</sup>. Em um contexto em que a ideologia neoliberal provocou tantas deformações nas disposições de pensamento, a afirmação de um centro capaz de formar os intelectuais dos movimentos é, desde o presente, um salto qualitativo para as lutas sociais no país. Nesse sentido, os movimentos devem interagir estrategicamente com a Escola para consolidá-la como um pólo de pensamento crítico.

Igualmente, os setores engajados na criação do pensamento original nas universidades devem assumir a ENFF como uma tarefa pública e de mão dupla, mais claramente, os

---

<sup>5</sup> . Ver o excelente livro desse autor: **Democracia ou bonapartismo**. RJ: Ed. UFRJ / SP: Ed.Unesp, 2004.

<sup>6</sup> . Antonio Candido, **Florestan e o MST**, Folha de São Paulo- 21/1/2005.

saberes produzidos na universidade são fundamentais para converter a Escola em um centro pulsante de produção de conhecimento – os diversos convênios do MST com universidades públicas atestam isso, mas, ao mesmo tempo, os diálogos na Escola criarão saberes e uma episteme que podem fortalecer e dar sentido ao fazer acadêmico renovado nas universidades públicas. Frente à avassaladora conversão da produção de conhecimento em uma atividade mercantilizada, em que o grosso do financiamento a Ciência & Tecnologia provém de mediações com o capital, é preciso que a universidade que se quer pública promova alianças duradouras com os sujeitos sociais que também estão buscando construir saberes transformadores. Sindicatos como o Andes-SN devem mobilizar a sua base para que o engajamento na Escola seja efetivo desde o presente e o mesmo terá de ser feito pelas entidades que organizam os campos de saber, como Anped (Educação), Abepss (Serviço Social), AGB (geografia), FEAB/CREA (agronomia), Confecon (Economia) etc.

### **Um novo ponto de partida**

Ao ser indagado sobre as lutas em favor da educação para os proletários, nos primeiros anos da década passada, Florestan Fernandes fez um balanço muito duro das lutas até então encaminhadas pelos educadores e fez uma colocação muito precisa: “é preciso um novo ponto de partida”. Florestan sustentou então que os educadores deveriam se articular não apenas entre os seus pares, como nas Conferências Nacionais de Educação, mas, sobretudo, com os setores sociais que estavam protagonizando as lutas que tiveram ascenso nos anos 80, como os sindicatos operários autônomos e os movimentos camponeses que se organizam de modo original no MST. Vale lembrar que essa avaliação não era nova, pois Florestan, desde as jornadas de 1968 em defesa da reforma democrática da universidade, afirmara que a luta dos estudantes estava fadada ao fracasso sem a inclusão de outros protagonistas na luta. É claro que essa proposta gerou reações entre os educadores que vêm na educação um conjunto de saberes científicos e técnicos e que, por isso, recusam o engajamento político, mas, desde logo, os sindicatos e diversas entidades acadêmicas abraçaram a idéia e construíram os Congressos Nacionais de Educação (CONED) como a expressão organizativa desse novo ponto de partida.

Quase uma década após o primeiro CONED é possível fazer um balanço mais objetivo do percurso dessa extraordinária iniciativa. Lendo nos dias de hoje a agenda do CONED concluímos que o Plano Nacional de Educação nele elaborado seguiria sendo uma revolução *coperniana*<sup>7</sup> para a educação brasileira. No que se refere ao direito à educação e ao fortalecimento das escolas públicas, o Plano é tão avançado que causa constrangimento aos que hoje aplicam o receituário neoliberal nos estados e no governo federal. Há mesmo entidades sindicais que preferem silenciar os encaminhamentos do CONED para que o contraste entre a defesa das políticas estabelecidas pelo atual governo e o acúmulo histórico não seja tão desconcertante. Como explicar para as bases que agora a luta não pode mais se referenciar no PNE-Sociedade Brasileira? Como explicar o divórcio entre a política em curso e os encaminhamentos dos CONEDs?

---

<sup>7</sup>. A expressão é utilizada em referência ao grande físico Nicolaus Copernicus (1473-1543) que revolucionou a compreensão da natureza ao se contrapor a concepção da Igreja de que a Terra era o centro do universo, sustentando, ao contrário, que o ponto fixo era o Sol e os Planetas orbitavam em torno dele. A sua teoria influenciou posteriormente Kepler, Newton, Galileu, Descartes, entre outros.

Exemplo da distância entre o que preconiza o Plano e a política de Lula da Silva pôde ser vista na questão dos vetos do PNE realizados por Cardoso que impediu o aumento das verbas para a educação pública de 3,8% do PIB para 7,0% do PIB e que Lula da Silva havia prometido derrubar. No final de 2004, o Congresso teria de examinar os referidos vetos e, ao ser indagada sobre o posicionamento do governo, a Casa Civil afirmou que, em caso de votação, o governo iria manter os vetos de Cardoso. Não se trata de uma questão menor: hoje há um consenso de que sem ampliar as verbas públicas não há como garantir um sistema público minimamente razoável.

Mas, voltando ao exame do percurso dos Congressos Nacionais de Educação, é forçoso concluir que não foi possível radicalizar o que Florestan considerava “o novo ponto de partida”: a articulação dos educadores com os demais movimentos sociais.

Fazendo um recorte no tempo, a existência de duas marchas contra as políticas neoliberais de Lula da Silva, no dia 25 de novembro de 2004, uma protagonizada pelos docentes e estudantes das entidades de base, bem como por sindicatos autônomos frente às políticas do governo, particularmente, contra a reforma sindical do governo e do FNT e outra protagonizada principalmente pela Via Campesina, contra a política econômica do governo, é a expressão dessa fragilidade de construção do novo ponto de partida.

Não é objetivo deste pequeno artigo encontrar respostas capazes de explicar a disjuntiva dessas iniciativas. Seria, de todo modo, uma tarefa árdua e que demandaria inclusive um estudo de muito maior envergadura, em especial por estarmos hoje em um contexto distinto do existente em meados dos anos 90. O governo de Lula da Silva tem suscitado avaliações distintas por parte dos movimentos e os encaminhamentos táticos refletem isso. É certo que essas questões estiveram presentes nas avaliações sobre a possibilidade ou não da unificação das marchas. Contudo, há outras dimensões do problema que não podem ser ocultadas. Desde o primeiro Coned o MST havia manifestado divergências em relação à agenda do PNE-Sociedade Brasileira, situação que ficou mais evidente no segundo Coned. O debate que não avançou naquele contexto precisa ser retomado de modo radical.

Um dos nós górdios foi a reivindicação do MST de que o Movimento deveria ter maior protagonismo na refundação das escolas públicas. A objeção, por parte de alguns segmentos, de que as escolas públicas deveriam ter um funcionamento mais institucional merece ser revisitada. Dificilmente poderíamos ter um balanço negativo da avaliação do MST de que as escolas deveriam dialogar mais verdadeiramente com as expectativas do Movimento. Essas iniciativas fortaleceram o caráter público das escolas, propiciando atividades organizadas e deliberadas de formação de professores, inclusive por meio de convênios com as universidades públicas. Não há direitos sociais e espaços públicos sem o protagonismo dos segmentos desprovidos de tais direitos. Se o Movimento não tivesse disputado o conteúdo dessas escolas será que elas estariam considerando a existência e a reivindicação de uma educação do campo? Será que existiriam iniciativas de formação de professores como as que estão sendo realizadas em articulação com o Movimento? Nesse sentido, seria importante uma retomada dos diálogos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública com o MST.

De outra parte, mas não desvinculado do problema apontado anteriormente, as articulações do MST com os sindicatos dos trabalhadores da educação têm sido muito assistemáticas e fragmentadas, indicando que também por parte do MST deveria haver

uma maior prioridade ao trabalho com os educadores. É certo que em geral as escolas públicas não interagem com o devido rigor com as demandas concretas de uma realidade em transformação – a população pobre está em deslocamento, as fronteiras agrícolas se transformam sob a ofensiva do agronegócio, seitas disputam a consciência das pessoas, e, por isso, as escolas precisam ser coetâneas do tempo histórico. Mas nem todos os sindicatos dos educadores são avessos a esses problemas e nem todos os trabalhadores do setor educacional estão alheios aos mesmos. O diálogo com o MST se somaria de modo importante aos que querem a transformação das escolas e das universidades em espaços públicos de socialização e produção de conhecimento. Não será com ações isoladas, focalizadas e por meio de ONGs que o povo brasileiro terá assegurado o direito à educação e, por isso, lutas mais orgânicas em defesa da escola pública seguem estratégicas.

Florestan nos deixou como legado teorias e, como assinalou Antonio Candido, exemplos de coerência. A emancipação dos que vivem do próprio trabalho exige uma escola pública de fato pública e por isso o referido “novo ponto de partida” segue sendo um desafio crucial. A ENFF ao reivindicar o nome do grande intelectual-militante simboliza essa busca de unidade. Articulando a Escola com o que melhor se faz nas escolas públicas podemos criar sinergias que servirão de centelhas para que as lutas em curso possam viabilizar as transformações capazes de assegurar uma educação de alta qualidade para os que vivem do próprio trabalho que sirva de emolumento para a criação de brechas para a sociedade do futuro.